

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.012 - MT (2019/0229120-7)

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE : ALEX AIRES VIEIRA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **ALEX AIRES VIEIRA** contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que não admitiu recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal.

Nas razões recursais, alega a defesa a violação dos arts. 59 e 68, ambos do Código Penal, manifestando inconformidade em relação ao *quantum* de aumento da pena-base.

Sustenta que a elevação da pena-base em 9 (nove) meses, diante da consideração desfavorável de uma única circunstância judicial (antecedentes), revela-se desproporcional.

Requer o provimento do recurso para que a pena-base seja estabelecida em patamar mais próximo ao mínimo legal.

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 311-321).

O recurso foi inadmitido em razão da aplicação do óbice da Súmula 7 do STJ (e-STJ, fls. 322-326). Daí este agravo (e-STJ, fls. 329-332).

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do agravo e não provimento do recurso especial (e-STJ, fls. 352-356).

#### **É o relatório.**

Decido.

Consta dos autos que o agravante foi condenado como incurso nas sanções do art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, às penas de 3 (três) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais o pagamento de 10 (dez) dias-multa.

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso da defesa, para reduzir a pena privativa de liberdade, para **2 (dois) anos e 9 (nove) meses de reclusão**, fixando o regime inicial semiaberto para o cumprimento da pena.

Verifica-se que o Juiz de 1º grau havia majorado a pena-base em 1 (um) ano e 8 (oito) meses acima do mínimo legal, diante dos maus antecedentes do réu, que conta com 6 (seis) condenações definitivas, uma delas considerada na segunda fase da dosimetria, como reincidência.

Por outro lado, a despeito das inúmeras condenações, o Tribunal de origem considerou desproporcional o aumento da pena-base realizado pelo Juiz *a quo* e fixou a pena-base em 2 (dois) anos e 9 (nove) meses de reclusão (e-STJ, fl. 265).

Como é cediço, a individualização da pena é uma atividade em que o julgador está vinculado a parâmetros abstratamente cominados pelo legislador, sendo-lhe permitido, entretanto, atuar discricionariamente na escolha da sanção penal aplicável ao caso concreto, após o exame percuciente dos elementos do delito, e em decisão motivada. Assim, cabe às Cortes superiores apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios utilizados no cálculo da pena.

No que diz respeito ao *quantum de aumento da pena-base*, cumpre salientar que "o Superior Tribunal de Justiça entende que o julgador não está adstrito a

critérios puramente matemáticos, havendo certa discricionariedade na dosimetria da pena, vinculada aos elementos concretos constantes dos autos. No entanto, o *quantum* de aumento, decorrente da negatização das circunstâncias, deve observar os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da necessidade e da suficiência à reprovação e à prevenção do crime, informadores do processo de aplicação da pena" (REsp 1599138/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018).

Na hipótese, considerando as penas mínima e máxima abstratamente cominadas ao delito previsto no art. 155, § 4º, do Código Penal (2 a 8 anos de reclusão), tem-se que a pena-base (majorada em 9 meses acima do mínimo legal, diante da consideração desfavorável de uma circunstância judicial) **não se revela desproporcional**.

Por outro lado, percebe-se, ainda, que a dosimetria da pena-base realizada pelo Juízo *a quo*, ao contrário do alegado pelo agravante, mostrou-se benevolente com o réu – que conta com nada menos do que 5 (cinco) condenações definitivas consideradas como maus antecedentes – devendo ser mantida em respeito à regra *non reformatio in pejus*.

Corroboram:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. DOSIMETRIA. MAUS ANTECEDENTES. VALORAÇÃO DE TÍTULOS CONDENATÓRIOS ATINGIDOS PELO PRAZO DEPURADOR DE 5 ANOS. POSSIBILIDADE. PRESENÇA DE UMA VETORIAL NEGATIVADA. ELEVAÇÃO PROPORCIONAL DA PENA-BASE. PLURALIDADE DE CONDENAÇÕES A SEREM SOPESADAS. *REFORMATIO IN PEJUS* NÃO EVIDENCIADO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A teor do reconhecido no *decisum* ora agravado, condenações anteriores ao prazo depurador de 5 anos, malgrado não possam ser valoradas na segunda fase da dosimetria como reincidência, constituem motivação idônea para a exasperação da pena-base a título de maus antecedentes.

2. Não se cogita nulidade no acórdão proferido no julgamento do apelo defensivo, o qual manteve o *quantum* de pena imposto ao paciente, ainda que tenha afastado a valoração negativa de uma das circunstâncias judiciais desabonadoras, por ter a Corte de origem reconhecido a presença de três condenações transitadas em julgado configuradoras dos maus antecedentes. 3. **A presença de três títulos condenatórios transitados em julgado justifica o incremento da pena em fração superior ao cabível se o réu fosse possuidor de apenas uma condenação, em observância aos princípios da proporcionalidade e da individualização da pena. In casu, a elevação da pena-base em 12 meses, quando seria admissível o aumento de 9 meses por cada sentença condenatória, mostra-se proporcional, não se vislumbrando manifesta ilegalidade a justificar a concessão de ordem de ofício.**

4. Agravo desprovido."

(AgRg no HC 480.652/MG, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019, grifou-se).

"[...]

# Superior Tribunal de Justiça

X - Maus antecedentes e a reincidência. A jurisprudência dos Tribunais Superiores entende ser possível a exasperação da reprimenda nas duas primeiras fases da dosimetria no caso de mais de uma condenação passada em julgado.

XI - Segundo as instâncias ordinárias há 3 (três) condenações penais com trânsito em julgado anterior ao cometimento do delito sob exame, razão pela qual não haveria óbice à utilização de uma como maus antecedentes na exasperação da pena-base e as demais para a caracterização da reincidência do paciente, como destacou o Tribunal de origem à fl. 82. Conquanto não tenha havido o reconhecimento da reincidência, a Corte originária entendeu que o recrudesimento da pena-base se encontrava justificada pela negativação de outras circunstâncias judiciais desfavoráveis **e pelo maior desvalor dos antecedentes, já que o réu ostentava 3 (três) condenações penais com trânsito em julgado.**

XII - O art. 59 do Código Penal não atribui pesos igualitários para cada uma das circunstâncias judiciais ali previstas, de modo a requerer uma operação aritmética ente o mínimo e o máximo de pena cominado. Assim, é possível que seja fixada a pena-base no máximo legal, mesmo que haja apenas uma circunstância judicial desfavorável, desde que o magistrado adote fundamentação apta a justificar tal medida.

XIII - Afastada a negativação da culpabilidade e da personalidade, sem qualquer reflexo no *quantum* de pena fixado pelas instâncias ordinárias. Mantida a pena-base no patamar fixado pela origem, tendo em vista a incidência de 5 (cinco) circunstâncias judiciais desfavoráveis (antecedentes, conduta social, motivos, circunstâncias e consequências do crime), **especialmente pela intensidade dos maus antecedentes - 3 (três) condenações anteriores ao fato -, recrudesimento assinalado pelas instâncias ordinárias.**

[...]

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 500.135/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 25/06/2019, com destaque).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
Relator